

DA EXTENSÃO RURAL CONVENCIONAL À EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ENFRENTAR DESAFIOS PARA ROMPER A INÉRCIA¹

Francisco Roberto Caporal²

Ladjane de Fátima Ramos³

Introdução

Mais uma vez, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estão sendo desafiados a contribuir para o avanço do desenvolvimento rural brasileiro. Desta vez, depois de 13 anos, uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) propõe às entidades e agentes de extensão rural que participem de um processo capaz de promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural.

Esse chamamento vem acompanhado de um conjunto de orientações que visam qualificar os serviços de Ater, assim como a intervenção dos extensionistas, de modo que atendam aos interesses e necessidades da sociedade da nossa época. Ou seja, à Extensão Rural brasileira pede-se que contribua para o enfrentamento da crise socioambiental resultante dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais, implementados nas últimas décadas.

Atuar, nessa nova perspectiva, requer das entidades, de seus diretores, de seus gerentes e de seus agentes uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação. Uma nova Ater precisa ser, verdadeiramente, uma ação educativa, democrática e participativa.

De igual modo, torna-se fundamental a adoção dos princípios da Agroecologia como direção na busca do desenvolvimento rural sustentável e de agriculturas sustentáveis e como referencial na análise da atual situação de insustentabilidade. Adotar os princípios da Agroecologia significa buscar orientar uma maior sustentabilidade ambiental na agricultura e um

¹ Brasília, setembro de 2006. Texto em fase de publicação.

² Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural e Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Córdoba, Espanha. Atualmente exercendo a função de Coordenador Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural, no MDA/SAF/DATER. Email: francisco.caporal@mda.gov.br

³ Psicóloga, exercendo a função de perita da GTZ, no projeto Desenvolvimento Local Sustentável do Estado do Amazonas. Email: ladjaneframos@yahoo.com.br

desenvolvimento com mais equidade social, com geração de mais renda e de mais ocupações no meio rural, respeitando as diferenças culturais das pessoas implicadas.

É difícil, se não impossível, abordar de forma aprofundada um tema tão complexo como o mencionado acima, em tão poucas páginas. No entanto, acredita-se que a reflexão proposta neste texto precisa ser, urgentemente, compartilhada com as entidades e os agentes de Ater do setor público estatal e não estatal, para que mais pessoas possam discutir este tema e contribuir para promover mudanças e superar uma inércia que faz com que os serviços de Extensão Rural sigam reproduzindo velhos modelos.

Já está escrito em outro lugar (CAPORAL, 2006) algo sobre os avanços que têm ocorrido na Extensão Rural brasileira desde 2003. Não há dúvida sobre os esforços que as entidades públicas de Ater têm feito para adequar-se às proposições que orientam uma nova prática de Assistência Técnica e Extensão Rural. É sabido que, nos últimos três anos, foram investidos muitos recursos em capacitação, tendo sido ampliado, em mais de 3000, o número de profissionais atuando nas empresas estatais de Ater. Isso não elimina, porém, a necessidade de uma permanente avaliação crítica do setor, até porque somente as reflexões mais profundas podem contribuir para que os serviços de Ater continuem se aperfeiçoando.

Assim sendo, neste texto, faz-se uma breve análise da atuação da Ater no Brasil, apresenta-se as orientações da Política Nacional de Ater, aborda-se a relação entre o técnico e o agricultor, enfatiza-se a necessidade de adoção de novos indicadores para medir o sucesso da Ater, analisa-se a importância dos processos participativos na atuação da Ater, examinam-se as dificuldades de mudanças relacionadas com as estruturas e o funcionamento das entidades de Ater e propõem-se novos desafios, que precisam ser enfrentados, para qualificar os serviços de Ater numa perspectiva inovadora.

1. Breve análise da situação da Ater

No final de 2003, após um amplo processo participativo de discussão e consulta à sociedade, foi estabelecida e passou a ser implementada, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), ligado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), a Política Nacional de Assistência Técnica e

Extensão Rural (PNATER), que norteia as ações do governo federal⁴ direcionadas para a qualificação, a reorganização e o fortalecimento dos serviços de Ater no Brasil.

De acordo com a Pnater, a Extensão Rural deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar⁵, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia. Ao mesmo tempo, a Pnater sugere que se melhorem os processos de gestão social. Estabelece ainda que a nova Ater é um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista. Essa Extensão Rural deve contribuir para uma melhor relação entre o urbano e o rural, para a melhoria da qualidade de vida, para o fortalecimento da cidadania e para a produção de alimentos limpos⁶.

Essa nova orientação opõe-se à prática histórica da Extensão Rural que, desde longa data, esteve baseada na teoria da difusão de inovações, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a “modernização conservadora” da agricultura. Nesse processo, os agricultores eram vistos como meros depositários de conhecimentos e de pacotes gerados pela pesquisa, na maioria das vezes inadequados para as condições específicas de suas explorações e dos agroecossistemas por eles manejados.

Por trás desse tipo de Extensão Rural, que foi dominante ao longo de várias décadas, estava um modelo de desenvolvimento urbano-industrial cuja viabilização necessitava que a agricultura cumprisse funções, entre as quais a de fornecedora de mão-de-obra e de consumidora de serviços e produtos industrializados, como as máquinas, os equipamentos, as sementes híbridas ou melhoradas, os agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos, além de contribuir, pelas exportações, para o superávit da balança comercial. Esse modelo, que é fruto de decisões políticas, norteou a ação extensionista. Ao mesmo tempo, continua sendo responsável pela concentração da terra, pelo êxodo rural, pela baixa escolaridade no campo, pela redução da biodiversidade, pela poluição, pela contaminação dos alimentos, pela exclusão social, pela

⁴ Ainda que respeitando o pacto federativo, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural deveria servir como referencial para os Estados. De qualquer forma, ela orienta os convênios e contratos do MDA com as entidades governamentais e não-governamentais.

⁵ Como afirma Røling (1995), “o central dos enfoques sistêmicos é a aceitação de que a realidade é socialmente construída e continuamente adaptada às condições de permanente mudança do entorno”.

⁶ Para conhecer mais sobre a orientação da Pnater, ver BRASIL (2004).

desvalorização do trabalho na agricultura, pelo empobrecimento no meio rural, entre outros problemas.

Os resultados negativos causados pela prática adotada pela Extensão Rural, baseada no modelo de desenvolvimento vigente naquele momento, foram alvo de estudos, avaliações e proposições alternativas, que partiram tanto de grupos de resistência que estavam dentro das entidades de extensão, como, principalmente, de setores acadêmicos, da sociedade civil organizada, das igrejas e de organizações de representação dos agricultores. Nesse contexto, Paulo Freire (1983) destaca-se como um dos primeiros críticos do processo educacional e da extensão convencional, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialética entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, além da troca de saberes como uma forma de (re)valorização da cultura local.

Essas posições, que reforçam críticas anteriores, constituíram a semente das transformações que ocorreram ao longo do tempo e que se manifestaram na prática de algumas organizações não-governamentais (ONG), de alguns agricultores e de alguns extensionistas, que traçaram um caminho diferenciado, tanto nos conceitos e metodologias adotados, como na prática experimental. No entanto, tais esforços representavam ações específicas e localizadas. Com o passar do tempo, algumas iniciativas institucionais⁷ tentaram, embora sem êxito, implementar uma proposta alternativa ao modelo difusionista de Ater. O certo é que estava consolidada a crítica e a certeza de que o modelo histórico da Extensão Rural, no Brasil, já não atendia às demandas da sociedade, como também não era pensado para dar conta da complexidade e das crescentes mudanças ocorridas no meio rural.

Esse quadro, somado à crítica histórica ao extensionismo convencional, fez com que a sociedade brasileira optasse por uma nova Ater, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, para a preservação do meio ambiente e comprometida com estratégias e formatos tecnológicos que levem ao desenvolvimento sustentável e a tipos de agriculturas que respeitem mais a natureza e provoquem menos impactos. A nova Extensão Rural, por meio da implementação de programas e projetos, pode contribuir para a revalorização do espaço rural e ajudar a reverter o quadro de crise socioeconômica e ambiental, constituindo-se num instrumento

⁷ Ver CONTAG; FASER (1995). Vale citar aqui os estágios de vivência iniciados pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) em 1977 (informação verbal de Eros Mussoi). Igualmente, cabe mencionar as ações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) na linha do Repensar da Extensão Rural, em meados dos anos 80, entre outras iniciativas.

do Estado capaz de apoiar a reestruturação e de dinamizar as organizações que atuam no setor, estabelecendo novas institucionalidades, mais adequadas às demandas e realidades do meio rural.

De 2003 a 2006, foram realizados convênios e contratos com mais de duas centenas de entidades, com destaque para as 27 organizações públicas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, para a execução de ações de Ater baseadas nas diretrizes da Pnater. Foram realizados pelo Dater, ou apoiados por esse departamento, centenas de eventos de capacitação de agricultores e técnicos em metodologias participativas, Agroecologia e tipos de agriculturas de base ecológica, além de centenas de Encontros de Nivelamento Conceitual sobre os eixos da Pnater, entre outros. Nesse período, o orçamento nacional de Ater cresceu 12 vezes, chegando a 108 milhões de reais, o que demonstra que a Extensão Rural voltou a ocupar um lugar de destaque no âmbito das políticas públicas para o meio rural.

Apesar dos esforços do Dater para executar um subprograma de formação de agentes de Ater e do apoio financeiro direto e continuado que tem oferecido às entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, ainda se observa uma enorme força de inércia que faz com que os serviços sigam pautados por velhas práticas difusionistas, usando as obsoletas metodologias de extensão que, se foram úteis para a etapa de introdução da “modernização conservadora”, mostram-se ineficientes e inadequadas quando se preconiza a necessidade de uma nova Extensão Rural, baseada no enfoque agroecológico⁸. Observa-se que, mesmo quando as organizações tentam reorientar suas práticas, acabam reproduzindo os velhos modelos. Apegados a pacotes tecnológicos, talvez agora mais “verdes”, não se desvinculam dos métodos tradicionais, mesmo que estejam investindo recursos na capacitação de seus profissionais. Isso leva a crer que as entidades de Ater ainda carecem de uma gestão compatível com os novos desafios; faltam-lhes estratégias diferenciadas em sua forma de atuação junto ao público beneficiário, bem como uma nova visão do papel e do perfil dos extensionistas.

⁸ Em essência, o enfoque agroecológico corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia no manejo e no desenho de agroecossistemas sustentáveis, uma orientação cujas pretensões e contribuições vão além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto as variáveis econômicas, sociais e ambientais, como as variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). Segundo Caporal (1998), a Extensão Rural Agroecológica é um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias participativas que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e a sistematização de conhecimentos que os levem a atuar conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e a seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.

2. A Extensão Rural preconizada na Pnater

Ao contrário dos objetivos tradicionais que nortearam a ação extensionista – atuar visando o aumento da produção e da produtividade da agropecuária, para com isso chegar ao aumento da renda e do bem-estar das famílias rurais –, a nova política de Ater estabelece que cabe à Extensão Rural:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004).

Essa mudança significa passar de uma perspectiva linear e cartesiana, que se mostrou insuficiente e, muitas vezes, equivocada, para outra, notadamente distinta, multidirecional e sistêmica, que responda às condições de cada realidade onde atue uma entidade e um agente de Ater. A nova perspectiva exige que o extensionista seja um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais, que influí também nas mudanças institucionais que são necessárias nas entidades de Ater.

Substituir o paradigma da Extensão Rural convencional por um “novo modo” de fazer Ater coloca em xeque os conhecimentos adquiridos no processo de formação dos agentes⁹ e na estrutura das organizações de Ater, na qual eles estão inseridos. Nesse sentido, o esforço de mudança é duplo, pois significa refletir sobre a própria prática e tomar decisões sobre seu papel, sua forma de atuação e, ao mesmo tempo, contribuir para a redefinição das estruturas e das relações de poder vigentes nas organizações de Ater.

A Extensão Rural pública deve priorizar a relação entre agricultores e agentes de Ater, criando novas possibilidades de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente nas mudanças necessárias nos níveis político, social, ambiental, econômico, cultural e ético.

⁹ Cabe ressaltar que a formação, de nível médio ou universitário, de profissionais para atuação no meio rural continua reproduzindo o modelo de transferência de tecnologia pautado pelos pacotes da Revolução Verde. As instituições de ensino deveriam repensar o processo de formação, as grades curriculares e as metodologias de ensino, de modo que os profissionais possam estar preparados para enfrentar os desafios da nova realidade. Observa-se que algumas entidades de Ater, pesquisa e ensino, já estão incluindo nos exames de seleção para contratação de novos profissionais temas como desenvolvimento local, sustentabilidade, Agroecologia, metodologias participativas, entre outros. Também se constata o esforço de algumas escolas técnicas e universidades no sentido de incluir alguns desses temas em seus cursos. Recentemente, o governo federal, reconhecendo essa carência, designou um grupo interministerial para revisar e ajustar os currículos, visando a inclusão da Agroecologia.

Além disso, deve estimular o estabelecimento de laços de solidariedade no meio rural. Desse modo, o uso de metodologias persuasivas e difusionistas está ultrapassado. Esse tipo de intervenção não é compatível com o estilo de atuação dos profissionais de uma nova extensão. O novo enfoque de Ater requer que o agente esteja preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre sua realidade. Graças à troca de conhecimentos e de saberes empíricos e científicos, técnicos e agricultores poderão elaborar um conhecimento novo que lhes permitirá fazer opções tecnológicas e não tecnológicas, adequadas às condições locais. A ação extensionista deve criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Ademais, segundo a missão e os objetivos estabelecidos na Pnater, o processo produtivo agropecuário deve adotar estratégias que assegurem a preservação ambiental. Por essa razão, o conceito de desenvolvimento rural sustentável é repetidamente enfatizado e a adoção dos princípios da Agroecologia¹⁰ é recomendada. Nessa perspectiva, a ação extensionista precisa fazer uso de tecnologias e de formas de manejo que levem à construção de uma agricultura de base ecológica e, ao mesmo tempo, fortaleçam relações sociais mais equitativas, não só entre os agricultores familiares, mas entre todos os atores envolvidos, de modo a preservar a natureza e caminhar na direção do desenvolvimento rural sustentável.

As inúmeras diretrizes propostas para a nova Ater são claras quanto ao caminho que a Extensão Rural deve seguir no processo de transição do modelo convencional para o modelo agroecológico. São evidentes as diferenças entre essas diretrizes e outras partes do texto da Política e os princípios que embasam o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), desativado em 1990, ano da extinção da Empresa Brasileira de Assistência

¹⁰ A Agroecologia tem sido assumida como uma ciência ou uma disciplina científica, um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar, com princípios, conceitos e metodologias que permitem estudar, analisar, construir, orientar e avaliar agroecossistemas. Há inúmeros pesquisadores trabalhando nessa área (por exemplo, Altieri, Gliessman, Noorgard, Sevilla Guzmán). Os agroecossistemas são considerados como a unidade fundamental desse tipo de estudo: os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas e culturais são vistas e analisadas em conjunto. Os objetivos da pesquisa agroecológica não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que implica a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. A Agroecologia é o campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas do processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura ecológica ou sustentável. Para mais detalhes, ver Caporal, Costabeber e Paulus (2006) e Caporal e Costabeber (2000, 2002).

Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Até aquele ano, as diretrizes anuais para o trabalho das entidades de Ater eram definidas em Brasília, para serem executadas em todo o País, de maneira quase uniforme. Na Pnater, as diretrizes são gerais, amplas, abrangentes, mas enfatiza-se a necessidade de respeito à diversidade das formas de vida, das visões de mundo e dos sistemas culturais das pessoas envolvidas, como também se consideram as diferenças regionais, as condições objetivas de cada agroecossistema. O Dater não estabelece, portanto, pacotes e diretrizes lineares. Logo, a riqueza da nova Ater está na sua capacidade criativa, na sua capacidade de adaptar a ação aos elementos da realidade, como citamos acima. Em virtude da existência de uma pluralidade, não pode haver homogeneização. Antes, exigem-se diferentes estilos de Ater. A compreensão da realidade deve ser buscada junto com as comunidades de agricultores, o que permite a definição de estratégias apropriadas ao contexto de cada comunidade, salvaguardando-se os princípios da Pnater.

O fato de se preconizar, para a Extensão Rural, uma forma de organização e de ação não linear e não homogênea, mas plural, que respeite a realidade objetiva e específica de cada região, rompendo com o modelo convencional, talvez esteja contribuindo para inibir os processos de mudança. De fato, a Pnater está colocado em xeque o antigo modelo de organização e de gestão das entidades de extensão. No entanto, sabemos que mudar significa quebrar paradigmas que orientam as práticas tradicionais, o que não ocorre repentinamente e exige decisões políticas de fundo, por parte dos dirigentes. As mudanças de organização e de gestão, embora desejáveis, são difíceis e, geralmente, são caracterizadas por um momento de desordem e de redução temporária da eficiência operacional. Para que esse processo de mudança seja bem-sucedido, são indispensáveis o envolvimento e o engajamento dos membros das organizações de Ater de todos os níveis hierárquicos, de modo que a participação preconizada para a prática da Extensão Rural seja exercitada no interior das entidades, democratizando-se as decisões e estimulando-se a co-responsabilidade nos avanços da Extensão.

3. Relação técnico-agricultor: aspectos quantitativos e qualitativos

Um dos aspectos fundamentais da prática da Extensão Rural que precisa ser mudado diz respeito à relação que se estabelece entre extensionistas e agricultores. Essa relação parece ser

influenciada tanto por fatores quantitativos como por fatores qualitativos, o que aponta a necessidade de mudanças. Deve ser adotada uma nova estratégia de ação, que altere o “que fazer” e o “como fazer” da extensão¹¹.

Do ponto de vista quantitativo, os números mostram que é quase impossível realizar um trabalho de qualidade na atual relação entre técnico e família rural. Há que se estabelecer um número máximo de famílias com as quais os técnicos devem assumir um compromisso formal e realizar atividades de Extensão Rural. A co-responsabilidade de técnicos e agricultores, preconizada pela Pnater, só pode ser viável se o número de famílias atendidas for coerente com a condições concretas do extensionista em cada localidade. Algumas experiências sugerem uma relação de 100 famílias por técnico. Esse número pode ser o ideal em algumas áreas, mas não em outras, devido às distâncias, às dificuldades de locomoção, etc. Não há, no Brasil, nenhum estudo aprofundado que determine o número ideal para essa relação entre técnico e família rural, em cada região, em cada Estado ou em cada município.

Parece então ser razoável que as entidades e os técnicos realizem experimentos que estabeleçam números adequados para a relação técnico e famílias rurais atendidas, com base nos grupos de interesse. Por exemplo, partindo da relação de 1/100, ou menos em algumas regiões, poderiam ser feitos projetos-piloto em comunidades típicas – com maior ou menor nível de organização social –, durante um determinado período; após esse tempo, seria feita uma avaliação de desempenho, com a participação das famílias de agricultores assistidos. Isso permitiria estabelecer um número experimental para cada espaço de trabalho preestabelecido (e para zonas e condições semelhantes). Não se pode esquecer que a nova Ater requer um esforço interdisciplinar, o que pode exigir lógicas e arranjos diferenciados para cada situação.

A partir do estabelecimento de uma relação “ideal”, o extensionista faria seu plano de trabalho (como uma espécie de contrato de atividades) juntamente com as famílias e seria avaliado em função dos resultados alcançados. Isso implica estabelecer rotinas de atendimento, calendários de atuação e compromissos com os grupos rurais, que deveriam ser cumpridos. É importante que se considere, também, nessa distribuição de tempo, o atendimento de demandas

¹¹ Em seu artigo intitulado *El pequeño campesino es un profesional*, Chambers (1980) adverte para o erro de ações de tipo “turismo do desenvolvimento rural”, executadas por agentes que não conhecem a realidade local e enfatiza a necessidade de “mudança dos valores e do comportamento dos Agentes”. Ele afirma que “é preciso aprender e apreciar no seu justo valor a apropriação de conhecimentos de outras disciplinas e especialmente a possibilidade de aprender de e com os pequenos agricultores; é necessário ter em conta a equidade no mesmo plano da produção, ainda que seja preciso transpor as normas habituais em matéria de identificação de prioridades; é preciso pesquisar muito mais junto com os agricultores”.

pontuais de beneficiários que não participam das ações planejadas, demandas que surgem no dia-a-dia dos extensionistas.

Na lógica de qualificação da Ater, as estratégias de ação extensionista não podem mais estar centradas na assistência técnica individual. Devem ser privilegiadas as formas de atuação que envolvam comunidades ou grupos de interesses, identificando e criando formas de um “fazer-Ater” que sejam inovadoras. É preciso, por exemplo, identificar jovens rurais e agricultores que possam ser qualificados para ajudar os demais a resolver problemas simples de manejo agropecuário, estimular os mutirões e fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre famílias de agricultores, promover estágios de agricultores em propriedades, realizar pesquisa participativa e estimular o estabelecimento de interações que possibilitem a disponibilização¹² e a socialização de saberes na relação agricultor vs agricultor. Isso requer menos receitas e muito mais criatividade.

Cabe enfatizar que o agente de Ater, além de assessor técnico, passa a ser também o mediador e animador de processos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, ele deve ter uma sólida formação técnica (agronômica, florestal, veterinária, sociológica, etc.) e complementar seus conhecimentos com conhecimentos de outros campos das ciências, de modo que possa ter uma visão e uma atuação sistêmica e holística. No entanto, isso não significa que ele deva ser *expert* em todas as disciplinas; mas ele deve, pelo menos, saber buscar parcerias com profissionais de outras áreas que possam complementar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de seu trabalho com qualidade.

O profissional da Ater, ao contrário do tradicional difusor de tecnologias, deve ser um mediador e um facilitador de processos de desenvolvimento, dando-se conta de que atua numa realidade concreta da qual faz parte e sobre a qual tem influência. Røling (1994) afirma:

o processo de transição para a agricultura sustentável exige uma contínua observação do meio físico e uma permanente retro-alimentação, de forma que permita a construção de um corpo de dados, conhecimentos e saberes que serão mais profundos com o passar do tempo. Portanto, é preciso compreender que a informação técnica sozinha é insuficiente e que um novo enfoque extensionista deve estar baseado no “paradigma da facilitação”, pois ele é mais adequado para apoiar o desenvolvimento e a agricultura sustentáveis¹³.

¹² O uso da palavra “disponibilização”, em vez de “transferência de tecnologia”, não é apenas uma questão semântica. Com essa palavra busca-se atribuir um novo sentido à interação entre o agricultor e o agente de Ater e a troca de novas tecnologias. Está embutida, no sentido da palavra, a possibilidade de o agricultor “dispor” de certa tecnologia e escolher o tipo de tecnologia que deseja adotar, por ser mais apropriada à sua propriedade.

¹³ Do mesmo modo, das pesquisas que estão sendo realizadas em diferentes lugares, Røling e Jiggins (1996) concluem que o processo de transição para um “sistema ecológico de conhecimentos” apresenta várias

4. Da difusão à participação

A chamada metodologia de extensão rural, de caráter difusionista, foi construída com base no enfoque behaviorista. No behaviorismo, para cada ação há uma reação, o homem pode ser domesticado, dando respostas condicionadas a estímulos e, dessa forma, readaptando o seu ser no mundo. Com base nesta teoria, a Ater convencional desenvolveu um esquema metodológico que incluía a carta circular, a visita, a reunião, as unidades de observação e demonstrativa, os dias de campo, etc., de forma a convencer os agricultores a adotar tecnologias. Como lembra Paulo Freire (1983), a ação baseada nesse modelo levava à persuasão dos agricultores para que adotassem uma certa tecnologia ou prática, mediante o que ele chamou um modo de “educação bancária”. Tal prática não teve muito êxito, uma vez que o homem não poderia ser “domesticado”, já que faz parte de sua natureza tanto a reflexão quanto a possibilidade de criação, e isso vale também para os agricultores, ainda que tenha havido uma negação histórica deste fato.

Por isso, não raramente, escutamos os agentes de Ater (e mesmo professores e pesquisadores) dizerem que os agricultores são “resistentes à incorporação de tecnologias”, sem que se tenha consciência de que, muitas vezes, a reação dos agricultores representa uma resistência ao processo de “domesticação”. Isso demonstra também que as metodologias convencionais de Extensão Rural, destinadas à persuasão e à transferência de tecnologias, apresentam limites quanto a sua eficiência, na medida em que os agricultores são seres pensantes que tomam decisões em função de experiências e racionalidades próprias. A adoção de tecnologias também é influenciada pela forma como cada agricultor maneja sua unidade produtiva, pelo tipo de agricultura que realiza, pela sua confiança no extensionista, pela dimensão histórico-cultural por ele vivenciada e pela sua condição socioeconômica, entre outros fatores. E tudo isso precisa ser levado em conta.

características: a) apoio aos agricultores e comunidades com base na aprendizagem experimental; b) estabelecimento de redes entre agricultores e facilitadores, de um lado, e as entidades de pesquisa e outras fontes tradicionais de conhecimento, de outro; c) introdução de políticas de apoio administrativo que reconheçam os agricultores e comunidades como gestores dos agroecossistemas; d) maior ênfase no desenvolvimento de experiências de aprendizagem e de tecnologias por autodescoberta, mais baratas e mais fáceis de utilizar nas propriedades; e) envolvimento maior da pesquisa e das agências financiadoras de programas de desenvolvimento no processo interativo de aprendizagem; f) aceitação da sustentabilidade como um processo de interação entre os cidadãos participantes (mais que um padrão absoluto); g) introdução no mercado de produtos gerados pelos sistemas ecológicos de conhecimento; h) ampliação da utilização das metodologias participativas.

Ao contrário, a nova Ater vai buscar seu modelo teórico-pedagógico no construtivismo, cujo ponto central é a premissa de que o homem-agricultor possui um acúmulo de conhecimentos históricos, culturais, individuais ou coletivos que fazem com que ele esteja inserido no mundo do saber. Esses conhecimentos precisam ser valorizados e incorporados como elementos fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento rural, o que é quase impossível conseguir utilizando-se os métodos persuasivos da tradição extensionista. Assim sendo, as entidades de Ater, ao invés de continuarem insistindo nos usos dos métodos tradicionais de Extensão Rural, deveriam capacitar-se para o uso de ferramentas e técnicas participativas que permitam a reflexão, a compreensão da realidade e a busca de soluções compatíveis com o universo dos diferentes grupos de agricultores familiares e dos agroecossistemas que estão sendo por eles manejados.

Dentre os métodos participativos, destaca-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como instrumento de facilitação da construção do desenvolvimento rural comunitário e local. No entanto, os métodos participativos não podem ser usados mecanicamente, eles devem corresponder a um compromisso com uma ação de caráter democrático, que permita a leitura da realidade pelos grupos de agricultores e pelos técnicos envolvidos, de modo que as decisões sobre o futuro dos coletivos possam ser tomadas de forma consciente. De todo modo, cabe enfatizar que as técnicas participativas só fazem sentido como parte de uma nova estratégia de Extensão Rural, que preconize o desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia¹⁴.

5. Indicadores do sucesso de uma nova Ater

Ainda quanto à qualificação dos serviços de Ater, parece ser necessário que se comece a trabalhar o tema dos indicadores de impactos e de processos, fugindo dos indicadores tradicionais

¹⁴ Cabe mencionar que, em razão da evolução do uso e das adaptações feitas na aplicação do Diagnóstico Rural Rápido (DRR) e do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), Chambers (1994) propõe uma nova expressão, possivelmente mais adequada: a “aprendizagem e ação participativa” (*Participatory Learning and Action* (PLA)). A nova expressão, como diz o autor, evita o “reducionismo” inerente às palavras “diagnóstico” (*appraisal*) e “rural”, visto que já não se trata de um método adotado somente no meio rural, nem sequer apenas destinado à avaliação.

da Ater, que sempre esteve preocupada em quantificar as visitas, as reuniões, os dias de campo, os projetos de crédito, os insumos químicos usados pelos agricultores.

Ao contrário, os indicadores a serem acompanhados em cada grupo atendido por um técnico deveriam seguir os princípios da Pnater e do desenvolvimento sustentável, como por exemplo:

- a) **indicadores do processo de transição agroecológica:** redução do uso de insumos químicos sintéticos, melhorias no solo, uso de tecnologias de base ecológica (inseticidas biológicos, adubos orgânicos, etc.), redução de impactos ambientais (erosão do solo, redução das queimadas, proteção das nascentes, etc.), diversificação de cultivos, aumento da biodiversidade nos agroecossistemas (plantas de coberturas, plantas companheiras, corredores ecológicos, SAF, etc.), melhorias das relações ecológicas entre solo, planta e animais (presença de inimigos naturais, micorrizas, fungos entomófagos, etc.);
- b) **indicadores sociais:** melhoria na alimentação das famílias, tomada de decisões sobre os recursos da família (uso da mata, sementes, decisão sobre aplicação de recursos financeiros, etc.), participação dos jovens e das mulheres nas decisões, acesso a sistemas de saúde e previdência, uso de plantas medicinais, condições de moradia, disponibilidade de água potável, acesso à educação e nível educacional, participação em formas associativas;
- c) **indicadores econômicos:** melhoria na renda, acesso aos mercados, ocupação da mão-de-obra, adimplência ou inadimplência (no caso das famílias tomadoras de crédito), dependência de insumos externos, diversidade e estabilidade da produção;
- d) **indicadores relacionados à cultura local:** práticas e tecnologias adaptadas, produção de subsistência compatível com o hábito alimentar, ação extensionista compatível com os valores e modo de vida da comunidade;
- e) **indicadores de gestão institucional:** democratização da gestão (existência e participação no conselho diretor, eleição para diretores, existência e participação de um coletivo de gestão estratégica, etc.), integração intra e interinstitucional na gestão e na execução das ações.

Esses e outros indicadores devem ser trabalhados de forma dinâmica, de modo que contribuam para o monitoramento, a curto prazo, e para a retro-alimentação e para o

replanejamento das atividades, permitindo a reorientação das ações e a verificação dos impactos resultantes dos serviços de Ater.

É importante que a definição dos indicadores considere a realidade institucional e a realidade local, como também os desafios que os grupos (de agricultores e técnicos) se impõem no processo de mudança de paradigma, fugindo dos indicadores convencionais que, na realidade, tentam uniformizar o mundo, não considerando as peculiaridades dos diferentes lugares.

6. Estrutura e funcionamento das entidades de Ater: obstáculos às mudanças

Criadas entre os anos 40 e 60 e, posteriormente, “enquadradas” no sistema EMBRATER, em meados dos anos 70, as entidades públicas de Ater, em sua maioria, não conseguem modificar suas formas gerais de estrutura e funcionamento. Isso se deve provavelmente ao fato de essas entidades terem assumido e internalizado um conjunto de normas e regras, em função das exigências daqueles períodos, particularmente no período do “produtivismo modernizador”¹⁵.

Desde sua origem, as entidades de Ater estabeleceram, como característica básica, uma estrutura hierarquizada, com pessoas assumindo diferentes funções de mando e exercendo tal poder, muitas vezes, de forma autoritária. A disciplina sempre foi um dos elementos-chave na formação dos extensionistas, assim como alguns critérios de valor bastante arraigados nas tradições das sociedades burguesas¹⁶. Tais estruturas, sempre seguiram um certo modelo de tipo “militar”, isto é, o “posto” distingue. Ou seja, quem tem posição hierárquica superior, manda; os outros obedecem ou terão prejuízo em suas avaliações. Tais estruturas foram se modificando à medida que o tempo avançou e que as políticas foram exigindo a “modernização” das organizações. No entanto, elas ainda guardam muitos elementos de sua origem, que precisam ser superados, dado o caráter democrático e participativo exigido da nova Ater.

Isso não quer dizer que tudo tenha sido sempre igual em todos os lugares, mas é certo que essas regras gerais acabaram se enraizando durante o período do regime militar. Com a criação da

¹⁵ Sobre os diferentes períodos da Extensão Rural brasileira, ver Caporal (1998).

¹⁶ A título de exemplo: durante o chamado pré-serviço (formação dos extensionistas antes de irem para o campo), no Rio Grande do Sul, no final dos anos 70, era proibido usar bermudas durante as aulas, ainda que o curso fosse dado no verão. O fato de as extensionistas da área social não poderem ser casadas (nem casar) é outra exigência das normas originais.

EMBRATER, manteve-se a lógica original. O que mudou foi a divisão do poder. A partir de meados dos anos 70, o poder “militar” passou a ser dividido com o “poder técnico”. As entidades introduzem os especialistas por produto, e cabia a eles a tarefa de difundir os pacotes tecnológicos. Ocorreu, então, uma brutal concentração do “poder técnico”, uma vez que os especialistas estabeleciam as metas a serem perseguidas nos “produtos” e/ou atividades, e cabia à estrutura hierárquica de comando fazer com que elas fossem executadas. Além disso, muitas tarefas dos extensionistas de campo eram predefinidas em Brasília ou nas organizações internacionais financiadoras dos programas, como o Banco Mundial, por exemplo.

Esses momentos históricos, aqui resumidos de forma bastante esquemática, permitem observar como se moldou a estrutura extensionista ao longo do tempo. Sempre houve um Presidente, que, em geral, responde aos interesses do governante estadual do momento, e diretores (quase sempre um técnico e um administrativo), que na época da EMBRATER eram quase “executivos” da empresa nacional¹⁷ e, depois da extinção da empresa nacional, perderam um pouco o rumo, mantendo uma certa inércia em função das exigências de convênios, das atividades “da moda” ou, simplesmente, cumprindo suas tarefas burocráticas. Raros são os exemplos de entidades públicas de Ater que tomaram iniciativas inovadoras nos campos técnico e administrativo. Quando muito, no campo administrativo, buscou-se uma assessoria para implementar programas de “qualidade total”, que acabaram não dando certo, em razão das características dos serviços de Extensão Rural. No “que fazer” técnico, a mesma inércia fez com que as entidades seguissem as orientações da Revolução Verde: aumentar a produção e produtividade, por meio da introdução de insumos “modernos”.

Quanto ao funcionamento, à ação, observa-se que continuaram valendo, ao longo dos anos, os mesmos métodos e estratégias de trabalho implementadas desde o nascimento do extensionismo no Brasil. Sequer uma das 27 entidades estaduais fez, pelo menos até 2002, uma revisão crítica das chamadas “metodologias de Extensão Rural”. Os manuais, inclusive alguns recentes, falam de carta circular, visita, reunião, unidade demonstrativa, dia de campo, etc, com o mesmo discurso dos antigos cursos de pré-serviço das décadas de 50 e 60.

Na prática cotidiana, as ações, em geral, não diferem do que tem sido feito historicamente, mesmo naquelas entidades que, nos últimos anos, apostaram em projetos de formação de suas equipes em processos participativos, por exemplo. A prática cotidiana, da maioria dos

¹⁷ Houve época em que o diretor técnico das EMATER era indicado ou aprovado pela direção da EMBRATER.

extensionistas que passaram por esses cursos, continua sendo convencional, difusionista, não participativa e persuasiva. E mais, ainda se observa, em muitos lugares, uma enorme dificuldade de diálogo com os agricultores. Observa-se que há problemas na relação técnico e agricultor. Há uma postura do agente de Ater que dificulta o saber ouvir e compreender o que os agricultores pensam, sabem e desejam. Os extensionistas também têm dificuldade para transmitir suas informações técnicas, para usar uma linguagem que tenha significado para técnicos e agricultores¹⁸.

7. Como qualificar os serviços da Ater pública

Como vimos, mesmo quando há mudanças no discurso das entidades – e os projetos são elaborados com base nas proposições que dão sustentação a uma nova Ater –, não há, necessariamente, uma mudança na prática. Isso leva a crer que há diversos obstáculos que precisam ser vencidos, antes que tenhamos uma Ater renovada. E esses obstáculos são de diferentes níveis e características.

O primeiro, e talvez um dos mais difíceis obstáculos, diz respeito ao modelo de gestão, que continua tendo uma estrutura hierárquica e centralizada. Observa-se, por exemplo, que, mesmo naquelas entidades de Ater que contam com um Conselho maior em seu organograma, esses Conselhos são funcionais, não havendo ali um verdadeiro espaço de distribuição de poder. Da mesma forma, onde os Conselhos contam com a presença importante das entidades de representação dos agricultores, elas têm pouca voz e pouca capacidade de intervenção no estabelecimento de prioridades, no planejamento e na definição do uso dos recursos¹⁹. Não raro, a presença dos beneficiários nos Conselhos serve apenas para legitimar decisões previamente acordadas em outras esferas de poder.

¹⁸ Isso exige uma intervenção que não pode basear-se somente na estratégia de transferência de tecnologia, deve antes estar assentada numa perspectiva construtivista, na qual os atores e suas relações são entendidos como fatos sociológicos fundamentais. Em nossa opinião, adotar o construtivismo como enfoque pedagógico e ponto de partida das ações é o que há de mais importante no processo de mudança da Ater.

¹⁹ Observe-se que isso ocorre, também, na maioria das ONGs que utilizam recursos públicos para realizar suas atividades.

Esse modelo de gestão reproduz-se também na estrutura de poder da direção e dos demais níveis hierárquicos. A forma presidencialista, que é a que predomina, em empresas públicas, em institutos, em autarquias, etc, determina uma concentração de poder decisório e um viés político-ideológico a ser seguido pela gestão. Não importa se o presidente é de direita ou de esquerda, o presidencialismo acaba desempenhando um papel direcionador do “que fazer” da entidade e de seus agentes²⁰.

Normas e regras instituídas sem que membros da organização tenham participado de sua formulação também são grandes obstáculos à mudança. Nesse sentido, o “bom extensionista” nem sempre é aquele cujo trabalho é apreciado pelos agricultores com quem atua; às vezes é aquele que responde às demandas da hierarquia instituída na organização. Aquele que faz e manda os relatórios em dia, que está sempre atento ao que determinou seu superior é classificado como “bom profissional”. Isso acaba levando à busca do pragmatismo na ação ou de resultados a qualquer custo.

Um exemplo clássico são as metas do crédito rural. Cada extensionista tem de atender a tantos agricultores quantos forem os que demandarem projetos ou planos de crédito no seu município; muitas vezes, sequer há uma preocupação com a assistência técnica que deveria ser ofertada. Às vezes, são estabelecidas metas de planos de crédito que devem ser atingidas: *X planos de crédito para ti, e cumpra-se! Vai atrás dos agricultores para fazer planos de crédito!* Pouco importa a qualidade do que fazem e os resultados da aplicação dos recursos. Nesses casos, a assistência técnica torna-se precária, e as atividades de Extensão Rural desaparecem, subvertidas por um ativismo inconseqüente.

Outro exemplo clássico da deturpação das atividades de Extensão Rural é o PROAGRO. Há ainda entidades que nada têm a ver com Extensão Rural, como, por exemplo, os programas de vacinação animal. É certo que o extensionista, como animador do desenvolvimento rural, deve orientar os agricultores sobre a importância de certas vacinações. Mas não pode tudo o que está fazendo para pegar na seringa e dedicar boa parte de seu tempo a vacinar animais. Nesses momentos, configura-se um certo papel de fiscal, que é incompatível com a função do extensionista.

²⁰ A administração de tipo *top-down* deve dar lugar a um modelo de gestão cooperativo e democrático, pois “quanto maior é o grau de funcionamento autocrático da administração central, tanto menos eficaz será a função educacional da extensão e tanto maior será sua utilização como veículo da política estatal” (WATTS, 1987).

Por fim, ainda que sem esgotar o assunto, cabe lembrar os “programas de governo”. Não raro, os governos e os secretários de agricultura, de produção ou de desenvolvimento sustentável *descobrem soluções milagrosas* para resolver os problemas do meio rural, inventando programas e projetos que, quase sempre, cabe às entidades de Extensão Rural executar. Isso vai desde programas assistencialistas, que se desenvolvem por anos a fio, mostrando a falta de criatividade dos gestores, como são os programas de distribuição de sementes, mudas, ferramentas e outros. Todos eles, ao mesmo tempo que colocam a extensão numa situação complicada, porque desmobilizam as ações que estavam em andamento, mostram-se ineficientes ao longo do tempo, pois a cada ano os governos têm de repeti-los, mantendo um processo paternalista, que acaba prejudicando o prestígio do técnico de campo junto aos agricultores, que ficam aprisionados em relações assistencialistas.

Mas há aí outro problema. Em geral, extensionistas pouco qualificados, que não estabelecem e negociam metas com as comunidades, que fazem um planejamento participativo, que não têm compromisso com os agricultores, acabam gostando das atividades pontuais do crédito, da vacinação, da distribuição de sementes, etc., e usam isso como um argumento para a sua falta de vocação, vontade ou disposição para trabalhar em Extensão Rural, em mobilização e animação das comunidades na busca do desenvolvimento rural sustentável.

Esses poucos exemplos permitem demonstrar que as mudanças na Ater exigem reflexões profundas em todos os níveis, seja nos níveis de direção e gestão, seja nos níveis de execução. A Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável deve superar os velhos modelos, ou tudo será mantido igual, com um novo discurso e velhas práticas.

8. Novos desafios da Ater pública

Qualificar a Ater significa, antes de tudo, o desafio de fazer mudanças. É fundamental que gestores e extensionistas estejam dispostos a encarar esse desafio e a superar seus próprios interesses e vontades, em favor da busca do desenvolvimento rural sustentável²¹.

²¹ Como afirmam Pretty e Chambers (1994), “um novo e complementar paradigma para a pesquisa, o desenvolvimento e a extensão rural está surgindo a partir do reconhecimento das falhas do modelo de transferência

Uma primeira questão diz respeito ao processo de gestão, como vimos antes. Nesse sentido, a meta é a descentralização do poder. Faz-se necessário introduzir na prática de gestão formas de participação que permitam compartilhar e distribuir o poder. Isso vale para as entidades que já têm conselhos superiores e para as que deveriam ter. Deve haver uma representação paritária de agricultores e consumidores, de um lado, e do setor público (ou, no caso de ONGs, de seus dirigentes), de outro, para que todos tenham participação nos processos de decisão sobre o que fazer, onde fazer, com quem fazer e como usar os recursos.

Outro aspecto diz respeito ao modelo presidencialista das diretorias nomeadas²². Se não se pode mudar isso, em muitos casos por razões políticas, no mínimo, seria importante montar uma equipe de gestão estratégica, formada por servidores escolhidos de forma democrática por seus pares, mediante eleições. Uma espécie de parlamento que acompanharia e fiscalizaria o presidencialismo, dando sugestões e contribuindo no processo de gestão.

Também merecem atenção as formas de acompanhamento e de avaliação. Na extensão convencional, o que se buscava era o aumento da produção e da produtividade, a qualquer custo. Agora é necessário estabelecer um conjunto de indicadores compatíveis com a nova Ater, como já mencionamos. É preciso verificar, por exemplo, se os técnicos de campo estão, de fato, utilizando metodologias participativas e como as estão usando, se o planejamento é feito com e não para as comunidades. Considerando o desenvolvimento sustentável, é preciso verificar se estão ocorrendo processos de transição agroecológica, se está havendo inclusão social, geração de mais postos de trabalho, melhoria na renda e na produção de alimentos para subsistência, acesso a mercados locais, resolução dos problemas históricos de extração de renda causados pelos atravessadores ou pela subordinação à indústria de insumos, máquinas e equipamentos. Enfim, deve-se aplicar um conjunto de indicadores diferentes daqueles que avaliam apenas quantos agricultores foram assistidos, quantos projetos de crédito foram elaborados, quantas sementes foram distribuídas, quanto adubo está sendo usado, etc.

Para isso, a Extensão Rural precisa estabelecer, como estratégia fundamental, a formação dos agentes de Ater e de seus dirigentes. Não se muda a Extensão Rural se não mudarem os

de tecnologias e dos avanços alcançados em outros domínios do conhecimento. Um amplo leque de disciplinas e campos de pesquisa está, agora, fazendo contribuições para um emergente paradigma da aprendizagem. Os componentes deste novo paradigma implicam a necessidade de novos enfoques de aprendizagem, métodos participativos, novos espaços institucionais e um novo profissionalismo”.

²² Às vezes, a indicação de outros níveis hierárquicos, como supervisores, gerentes, coordenadores e até pessoal técnico, tem motivação político-partidária, nem sempre prevalece a competência. Em geral, não há concurso para a ocupação de cargos intermediários.

extensionistas e a forma de direção e gestão das entidades. É fundamental estabelecer um programa de formação adequado para cada nível. Qual o papel e a postura do diretor, do gerente, do chefe local e do extensionista de campo, nessa nova perspectiva? Como pode esse papel ser desempenhado de forma participativa e democrática, de modo que as decisões sejam compartilhadas? Enfim, como a estrutura se organiza para ser menos hierarquizada e mais aberta a processos de decisão participativos? Como evitar as imposições, os programas de cima para baixo e as metas preestabelecidas por especialistas e privilegiar o planejamento participativo no âmbito local, municipal, compatibilizando depois esse planejamento com as metas e os programas de governo ou da instituição? Muitos são os desafios a enfrentar.

Mas há ainda outras questões estratégicas. Por exemplo, a avaliação dos extensionistas, em todos os níveis, deve refletir os interesses não só da instituição ou dos governos, mas também os interesses legítimos dos beneficiários. Por isso, acompanhamento e avaliação devem ser processos democráticos e permanentes que, embora realizados em momentos determinados, permitam um diálogo ao longo do tempo. Uma avaliação do tipo 360°, quando todos avaliam todos e as representações dos agricultores são chamadas a participar, em diferentes níveis, pode ser um primeiro passo para a democratização do processo de monitoramento e avaliação dos serviços e dos agentes de Ater.

Por último, mas sabendo que não esgotamos o assunto, vale lembrar a necessidade de um novo profissionalismo. Como afirma Chambers (1997), entre os problemas que dizem respeito às possibilidades de mudança, há uma inquietude permanente: “se nós, como profissionais do desenvolvimento, temos sentimentos e mudaremos nosso comportamento”, isto é, se estamos dispostos a abraçar as possibilidades de mudança e a atuar de forma inversa à convencional. Os desafios são lançados a todos. Para nós, os extensionistas, o principal desafio é conseguir falar menos e escutar mais, aprender a aprender e a facilitar processos de aprendizagem, “proporcionar opções” e serviços responsáveis e comprometidos com os beneficiários, que sejam animados por um “novo profissionalismo”. Não se trata, evidentemente, de uma mudança que afetaria só os extensionistas. Chambers também atribui responsabilidades a outros profissionais: para ele, economistas e burocratas devem apoiar a diversidade local; professores de universidades, institutos e escolas devem ir com seus alunos às comunidades para aprender, devem revisar os currículos, reescrever os livros de texto, dar menos aulas e ajudar mais os outros a aprender. O autor faz recomendações semelhantes aos líderes políticos, ao pessoal das ONGs, etc.

9. Reflexões finais

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que tem sido implementada pelo Dater, em parceria com um grande número de entidades, tanto governamentais como não-governamentais, apresenta uma série de princípios e orientações para a mudança da Extensão Rural. Destacam-se aspectos relativos à gestão e à participação, enfoques metodológicos e tecnológicos a serem adotados pelas entidades e pelos agentes de Ater. Entretanto, o que se tem observado é que as normas, regras e formas institucionais e de poder estabelecidas não estão sendo alteradas, pelo menos na maioria dos casos. Por conseguinte, mesmo quando se observa uma mudança no “discurso oficial”, essa mudança não se materializa na prática da gestão, nem na ação dos agentes de Ater junto aos agricultores.

Por outro lado, em razão de um crescimento da demanda de trabalho, os profissionais de Ater acabam envolvendo-se em serviços de vacinação, de distribuição de sementes, etc. e, com isso, acabam negligenciando as ações planejadas ou previamente acordadas com as famílias e comunidades com as quais trabalham (ou deveriam trabalhar).

Essas e outras situações mencionadas neste texto exigem uma parada para a reflexão. Afinal, que Extensão Rural nós queremos? Que compromissos a Extensão Rural precisa assumir? Como e o que precisamos fazer, em cada uma das entidades, para que seja possível adequar-se ao que recomenda a Pnater? Como preparar agentes de Ater e dirigentes para as novas exigências e desafios impostos pela necessidade da busca de estratégias de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis? Como integrar as ações em outras entidades? Como atuar com um enfoque multidisciplinar? As respostas, teóricas e práticas, a perguntas como essas ajudariam a romper com a inércia extensionista e a caminhar no rumo de uma nova Extensão Rural, sempre tendo em vista que as mudanças devem acontecer não somente no espaço das comunidades rurais, mas também no âmbito das entidades de Ater, assim como no sistema de formação dos futuros profissionais.

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.
- CAPORAL, F. R. *A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1991. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater>. Acesso em: 01/09/2006
- CAPORAL, F. R. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. 1998. 517 f. Tese (Doutorado em Agroecología, Campesinado e História) – ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 1998.
- CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). *Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Ed. Bagaço, 2006. p. 9-34.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, RS, v.1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.
- CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: EMATER, RS; ASCAR, 2002. Texto provisório para discussão (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER, RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural*. 2006. 24 p. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater>. Acesso em: 01/09/2006. Em fase de publicação pela Universidad de la República, Uruguay.
- CHAMBERS, R. El pequeño campesino es un profesional. *Revista Ceres*, Viçosa, mar./abr. 1980.
- CHAMBERS, R. *Rural development: putting the last first*. Essex: Longman, 1983.
- CHAMBERS, R. *Challenging the professions: frontiers for rural development*. London: Intermediate Technology Publications, 1994.
- CHAMBERS, R. *Whose reality counts? Putting the first last*. London: Intermediate Technology Publications, 1997.

CONTAG; FAZER. *Agricultura familiar e a extensão rural*. Brasília, DF, 1995. Documento preliminar para o Seminário Nacional. Mimeografado. 11 p.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PRETTY, J. N.; CHAMBERS, R. Towards a learning paradigm: new professionalism and institutions for agriculture. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. (Ed.): *Beyond farmer first: rural people's knowledge, agricultural research and extension practice*. London: Intermediate Technology Publications, 1994.

RÖLING, N. Facilitating sustainable agriculture: turning policy models upside down. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. (Ed.). *Beyond farmer first: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice*. London: Intermediate Technology Publications, 1994.

RÖLING, N. *Who needs extension anyway?* Comunicação feita no 12º European Symposium on Extension Education, Grecia, 28 ago. a 2 set. 1995. Mimeografado. 14 p.

RÖLING, N.; JIGGINS, J. *The ecological knowledge system*. Comunicação feita no 2º European Symposium on Rural and Farming Systems Research, Granada, 27 a 29 mar. 1996. Mimeografado.

WATTS, L. H. Estructura organizativa de la Extensión Agrícola. In: SWANSON, B. E. (Comp.). *La extensión agrícola: manual de consulta*. Roma: FAO, 1987.